



EDUARDO CARONE COSTA JUNIOR

A LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA  
COMO FATOR DE ENVENENAMENTO DO  
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

DIREITO E POLÍTICA

*Prefácio*

Fabiana de Menezes Soares

*Apresentação*

Plínio Salgado

*Área específica:*

Legística (ou Teoria Geral da Legislação)

*Áreas afins:*

Direito Constitucional. Teoria da Constituição. Teoria Geral do Direito. Ciência Política.

*Público-alvo/consumidores:*

Assessores e consultores parlamentares. Estudantes de graduação e pós-graduação que precisam traçar um panorama da atividade legislativa ou fazer um diagnóstico da situação atual das casas legislativas.

207 páginas

ISBN 978-85-7700-384-6

Formato: 14,5x21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

A expressão “inflação e envenenamento da legislação” resume todos os fenômenos degenerativos que afligem o ordenamento jurídico positivo. Trata-se de um quadro que acarreta diminuição da certeza jurídica e da predisposição ao cumprimento da lei, o estreecimento das relações entre os Poderes e o aumento do custo da atuação da justiça, sem mencionar a criação de obstáculos ao desenvolvimento econômico e social. Legislação simbólica é aquela em que se verifica uma hipertrofia de sua função simbólica em detrimento da concretização normativa do respectivo texto. A Legislação simbólica pode servir para confirmar valores sociais, para postergar a solução de um conflito por meio de um compromisso dilatório ou para ser um “*alibi*” do Estado perante a opinião pública. Caracteriza-se por uma ausência de eficácia (concretização normativa do texto legal) e efetividade (fim teleológico da norma). Pode ser detectada através do exame da *mens legislatoris*. Em muitos casos, agrava o quadro de envenenamento do ordenamento jurídico.

**Eduardo Carone Costa Júnior**

Advogado. Especialista em Controle Externo pela PUC Minas/TCEMG. Mestre e doutorando em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da UFMG. Professor de Técnica Legislativa e Direito Administrativo III da Faculdade de Direito Milton Campos. Membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Legística (CELEGIS).

## SUMÁRIO DO LIVRO:

### PREFÁCIO

**Fabiana de Menezes Soares**

### APRESENTAÇÃO

**Plínio Salgado**

### CAPÍTULO 1

#### INTRODUÇÃO

### CAPÍTULO 2

#### DUAS PERSPECTIVAS DE CUNHO MORAL SOBRE O DIREITO E A POLÍTICA NO MOMENTO DE FORMAÇÃO DA LEI

### CAPÍTULO 3

#### CRISE DA LEI OU CRISE DO REGIME REPRESENTATIVO?

### CAPÍTULO 4

#### A INFLAÇÃO LEGISLATIVA E SUAS CAUSAS

### CAPÍTULO 5

#### A DECISÃO DE LEGISLAR – JUSTIFICAÇÃO DO IMPULSO PARA LEGISLAR 105

### CAPÍTULO 6

#### A LEGISLAÇÃO COMO SÍMBOLO

### CONCLUSÃO

### REFERÊNCIAS

### ANEXOS

ANEXO A – MANEIRAS DE SE FALHAR AO CRIAR O DIREITO

**Lon Luvius Fuller**

ANEXO B – CÂNONES DE INTERPRETAÇÃO DA SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA PERTINENTES À MENS LEGISLATORIS

### ÍNDICE DE ASSUNTOS

### ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO

### ÍNDICE ONOMÁSTICO